

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.635.088 - GO (2019/0365848-2)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : S.D. AGNOL ESPACO AKHENATON**  
**AGRAVANTE : VERSATIL CASA DE EVENTOS EIRELI**  
**AGRAVANTE : DARIO DALL AGNOL**  
**AGRAVANTE : ROMEU DALL AGNOL**  
**ADVOGADOS : ALUÍZIO GERALDO CRAVEIRO RAMOS E OUTRO(S) -**  
**GO017874**  
**WILSON PIAZA DA SILVA - GO025150**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. RECURSO ESPECIAL PELA ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. ANÁLISE PREJUDICADA. DANO MORAL. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial de SD AGNOL ESPAÇO AKHENATON, VERSÁTIL CASA DE EVENTOS EIRELI, DARIO DALL AGNOL E ROMEU DALL AGNOL fundado na alínea "c" do permissivo constitucional interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAR. MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO. DANOS AO MEIO AMBIENTE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO POLUIDOR. APLICAÇÃO DA TESE 707 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSTANTE DO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO 1374284.

1. A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar; em decorrência do acidente, a empresa deve recompor os danos materiais e morais causados e na fixação da indenização por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito caso a caso e com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico do autor, e, ainda, ao porte da empresa, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, de modo que, de um lado, não haja enriquecimento sem causa de quem recebe a indenização e, de outro, haja efetiva compensação pelos danos morais experimentados p or aquele que fora lesado.

2. A sentença final decidiu o processo coletivo da seguinte forma: “Com fulcro na fundamentação ut supra e confirmando a liminar já concedida, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na Ação Civil Pública nº. 0408670.26.2013.8.09.0051, **CONDENANDO** os requeridos, solidariamente, nas seguintes obrigações: não emitir ou propagar sons ou ruídos em níveis superiores àqueles estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 001/90, c.c. a Norma NBR nº 10.152, da ABNT, pelo Decreto Estadual 1745/79 e pelo Código de Posturas do Município de Goiânia, Lei Complementar 014/92, prejudiciais à saúde e ao sossego coletivo ou difuso, no imóvel situado na Rodovia GO -060 km -05, atrás do posto Kakareko, Município de Goiânia, nesta capital; abster-se de realizar quaisquer atividades no imóvel objeto da lide, sem que antes seja comprovado em juízo que foi elaborado e executado projeto técnico de isolamento acústico de suas dependências, bem como obtido o devido licenciamento ambiental junto ao órgão municipal de meio ambiente (AMMA); abster-se de permitir ou realizar eventos com som automotivo, rachas e manobras radicais na área externa contígua ao imóvel objeto da lide. **CONDENO-OS**, ainda, no pagamento de indenização pelos danos ambientais causados à coletividade e ao meio ambiente cujo valor, considerando que a poluição sonora causada pelos requeridos vem causando incomodo, stress e desassossego aos moradores circunvizinhos a quase 10 (dez) anos; que houve abusos por parte do estabelecimento e seus representantes após a obtenção da decisão judicial liminar, ao continuarem afrontando a legislação ambiental, e o caráter punitivo e pedagógico da sanção, fixo em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a ser depositada na conta do Fundo Municipal do Meio Ambiente, conta corrente nº 54-0, Agência nº 1842 (Apinajés), Operação 006, Caixa Econômica Federal. Sem honorários e sem custas”.

3. Mantém-se a condenação das empresas poluidoras na obrigação de não fazer e reduz-se o valor da condenação do dano moral coletivo.

**APELAÇÃO CÍVEL PARCIALMENTE PROVIDA.**

Nas razões do recurso especial, os recorrentes aduzem que a condenação a título de dano moral coletivo no presente caso (R\$ 100.000,00) supera aquilo que pode ser considerado prudente, pois, em idêntica situação, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por sua 9ª Câmara Cível, entendeu que o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) é suficiente a reparar o dano moral coletivo.

Houve contrarrazões.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade à consideração de que: a) o recurso especial não é sede própria para apreciação de eventual ofensa a preceito constitucional, por se tratar de matéria da competência do Supremo Tribunal Federal; b) a questão jurídica em exame remete à análise de direito local (Lei Complementar n. 014/92 do Município de Goiânia), evidenciando-se incabível a via recursal especial para reexame da matéria em debate, ante a incidência, por analogia, da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal; c) com referência ao artigo 944 do Código Civil, a suscitada divergência jurisprudencial encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça; e d) os recorrentes não cumpriram as exigências do artigo 1.029, § 1º, do CPC, porquanto não procederam à demonstração analítica do pretendido dissídio jurisprudencial, com menção das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Insurgem as partes agravantes contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial reúne condições de ser

processado.

Houve contraminuta pela parte agravada.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Preenchido os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

A interposição do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige que o recorrente cumpra o disposto nos arts. 1.029, §1º, do CPC e 255, §1º, do RISTJ.

Assim, considera-se inviável a apreciação de recurso especial fundado em divergência jurisprudencial, quando o recorrente não demonstrar o suposto dissídio pretoriano por meio: (a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; (b) da citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; (c) do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma; e (d) da indicação dos dispositivos de lei federal com interpretação divergente entre os Tribunais.

Na hipótese examinada, os recorrentes não atenderam aos requisitos necessários para o processamento do recurso especial pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição Federal, pois ausente o adequado cotejo analítico.

Cumpra asseverar que na demonstração do dissídio jurisprudencial o cotejo analítico possui dois momentos, quais sejam: i) deve o recorrido, inicialmente, promover a comparação entre as questões tratadas no decisum objurgado e no paradigma, com traslado dos fundamentos de ambos; ii) em seguida, executa-se a defrontação das teses jurídicas em conflito, patenteando a desconformidade de interpretações para a mesma questão de direito.

Compulsando as razões do recurso especial, verifica-se que os recorrentes não demonstraram de forma clara e precisa a existência de similitude fática entre o caso concreto e o julgado mencionado como paradigma, desatendendo ao requisito legal do cotejo analítico.

Nesse sentido, confira os julgados:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C". DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA COTEJO ANALÍTICO. DECISÃO PELA INADMISSIBILIDADE DO RECURSO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Para a admissibilidade do recurso especial, na hipótese da alínea "c" do permissivo constitucional, é imprescindível a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, mediante o cotejo dos fundamentos da decisão recorrida com o acórdão paradigma, a fim de demonstrar a divergência jurisprudencial existente (arts. 541 do CPC e 255

# *Superior Tribunal de Justiça*

do RISTJ).

2. O recurso revela-se manifestamente inadmissível e procrastinatório, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC.

3. Agravo regimental não provido com aplicação de multa.

(AgRg no AREsp 733.241/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015)

Ademais, ainda que assim não fosse, a mudança do entendimento do Tribunal de origem quanto ao valor da indenização por danos extrapatrimoniais exige o revolvimento da matéria fática dos autos, exercício não admitido no âmbito do especial em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 31 de março de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator